



ABAETETUBA

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO BAIXO TOCANTINS
FACULDADE DE CIÊNCIAS EXATAS E TECNOLOGIA
RUA Manoel de Abreu, s/n, Bairro: Mutirão, CEP: 68.440-000
Fone/Fax: (91) 37571131/37511107



No Ensino da Matemática

Disciplina: Fundamentos da Educação Especial

Prof. Dr. Osvaldo dos Santos Barros

www.osvaldosb.com

Aula 02

Tópico I: História da Educação Especial;

A EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL:

LEGISLAÇÃO E BREVE CONTEXTO HISTÓRICO

A inclusão de pessoas com deficiência, a garantia de seus direitos, e conseqüentemente, o acesso à educação especial, ocorreram de forma muito lenta, tanto em nível mundial quanto no Brasil.



Fundamentação e Aspectos Históricos da Educação Especial

Breve contextualização histórica da educação especial, enfatizando com maior atenção o histórico da educação especial no Brasil, além de elencar as principais legislações brasileiras referentes ao tema.

Para tanto, no primeiro momento será apresentado os principais tópicos da história mundial relacionados as discussões sobre deficiência e educação inclusiva.

Em seguida, será pontuado os principais momentos da educação especial no Brasil.

No último tópico, nosso objetivo será apresentar uma breve exposição sobre os principais documentos legais referentes a educação especial no Brasil.

Ao analisarmos as políticas relacionadas a educação especial no Brasil, percebemos que somente nas últimas décadas é que de fato se estabeleceu uma política de inclusão social.

Nesse sentido, compreender o processo histórico em que se estabeleceu essas políticas, bem como seus avanços e retrocessos, é de suma importância para seu entendimento e sua efetivação.

Conforme apresentado por Fernandes (2013), a história da educação especial pode ser dividida em 4 grandes fases:

1. Período do extermínio;
2. Período da segregação/institucionalização;
3. Período de integração;
4. Período de Inclusão.

1. Período do extermínio;

No que concerne ao primeiro período, denominado como “extermínio”, que vai da Antiguidade até a Idade Média, as pessoas com algum tipo de deficiência tinham suas vidas marcadas pelo extermínio, discriminação e preconceito, vivendo a margem da sociedade.

POVO PRIMITIVO



- Povos nômades;
- Os mais fortes sobrevivem;

SOCIEDADE GREGA



Graças ao atendimento das necessidades básicas garantidas pelos escravos, os homens livres, podiam se dedicar ao ócio.

E é assim que, pela primeira vez, os homens começam a pensar de forma sistematizada.

SOCIEDADE ESPARTANA



- Na medida em que se dedicavam à guerra, em que se valorizavam a ginástica, a dança, a estética, etc., a perfeição do corpo (forte, belo) era o grande objetivo.
- Se, ao nascer, a criança apresentasse alguma deficiência, era eliminada.
- Valorizava-se muito as mulheres espartanas – gerar guerreiros.



➤ SOCIEDADE ATENIENSE



A divisão, no nível macro, da sociedade ateniense, entre os livres e os escravos, vai ser o protótipo para a divisão de nível micro: **à mente** (os livres) a superior, governar; **o corpo** (os escravos) os encarregados de executar tarefas desgastantes.

➤ SOCIEDADE ATENIENSE

- O paradigma ateniense vai ser assumido, batizado, cristianizado e levado ao paroxismo pelo judaísmo-cristão. Isso porque os gregos circunscreverem-se ao campo da filosofia, ao passo da Idade Média esse paradigma é assumido, porém, na âmbito da teologia, e isso trouxe profundas repercussões, a partir até da terminologia. A dicotomia deixa de ser corpo/mente e passa a ser corpo/alma.
- O deficiente deixa de ser morto ao nascer, porém, passa a ser estigmatizado, pois, para o moralismo cristão/católico, deficiência passa a ser sinônimo de pecado.



2. Período da segregação/institucionalização;

A partir do século XI, com o fortalecimento do cristianismo, dogmas religiosos passam a determinar a ordem social, “condenando os prazeres mundanos do mundo greco-romano em relação ao corpo, que passa a ser objetificado como templo da alma, esta depositária de todos os vícios e virtudes humanas”

- A questão de relacionar deficiência com pecado é algo que vai recrudescendo na medida que a idade média avança.
- No entanto, sua origem remonta há muito tempo antes. Basta ver, por exemplo, que dos 22 milagres com curas e exorcismos feitos por Jesus, 8 referem-se a cura de surdos, mudos e gagos. Outros referem-se a paralisias, possessões, etc.
- É essa concepção, que relaciona deficiência com o pecado, que deve nos auxiliar a compreender os horrores da segregação e estigmatização, principalmente das milhares de pessoas que foram eliminadas através da fogueira da inquisição.

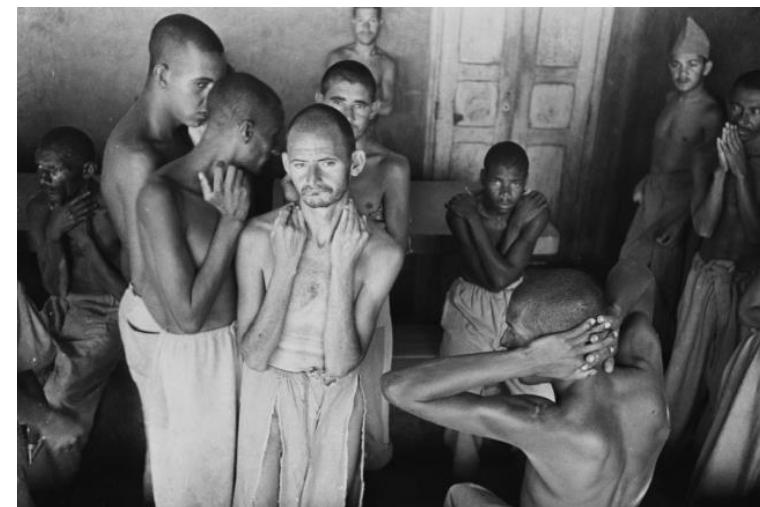


- Entendendo essa situação:

- A queima de um deficiente, de uma pessoa, supostamente possuída pelo demônio, não era, num primeiro momento, por maldade, sadismo, etc.
- O racismo maniqueísta que presidia tais episódios era o de que o demônio havia se apossado era retirar-lhe a posse.
- É isso que nos ajuda compreender porque nos autos da inquisição e nas justificativas da igreja, não se encontram afirmações de que a igreja queimou pessoas. A expressão que se usa é: “purificação pelas chamas”.



- Uma outra forma de, embora menos enfática, de a Igreja ver e explicar a existência de CEGOS, MUDOS, PARALÍTICOS, LOUCOS, LEPROSOS, enfim, de pessoas portadoras de qualquer deficiência, era a de que eles eram instrumentos de Deus para alertar os homens, para agradecer as pessoas com a possibilidade de fazerem caridades.
- Posteriormente esta concepção vai dar origem às Santas Casas de Misericórdia.



3. Período de integração;

Com a Revolução Burguesa a força da Igreja Católica começa a diminuir, o que deu espaço aos estados modernos, marcados pelos processos de industrialização e capitalismo. As crenças religiosas perderam espaço para a ciência natural (BELTHER, 2017). Em suma, quanto ao histórico da educação especial, as discussões iniciaram no século XVI, quando médicos e educadores passaram a educar pessoas com deficiência. Um exemplo é o monge espanhol Pedro Ponce de León (1520 e1584), que ficou conhecido como primeiro educador de surdos da história (BELTHER, 2017).



Abade l'Épée ensinando seus alunos na presença de Luís XVI (obra de Gonzague Privat, 1875)

culturasurda.net



Abade l'Épée ensinando seus alunos na presença de Luís XVI (obra de Gonzague Privat, 1875)

culturasurda.net

Conforme apresentado por Fernandes (2013), a história da educação especial pode ser dividida em 4 grandes fases:

1. Período do extermínio;
2. Período da segregação/institucionalização;
3. Período de integração;
4. Período de Inclusão.

4. Período de Inclusão.

Já na fase de inclusão, ocorrem ações bilaterais, isto é, ações combinadas entre sujeitos com deficiências e órgãos representativos, buscando, juntos, a produção de tecnologia e conhecimentos para promoção de acessibilidade e conhecimento (FERNANDES, 2013).



Neste contexto, no decorrer da década de 1960, “os movimentos sociais, a respeito da Educação Especial, ganharam tanta força política que provocaram profundas mudanças no campo educacional” (DOMINGUES; DOMINGUES, 2009, p.5).

A discussão sobre pessoas com deficiências e o acesso à educação especial ocorreu lentamente no decorrer da história, dependendo sempre das oportunidades oferecidas por cada sociedade e suas relações sociais.



A EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL

No que se remete ao processo histórico relacionado a Educação Especial no Brasil, os principais marcos históricos foram a criação do Instituto dos Meninos Cegos (atual Instituto Benjamin Constant – IBC), em 1854,



A EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL

e do Instituto dos Surdos-Mudos (atualmente, Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES) em 1857, na cidade do Rio de Janeiro (RODRIGUES; CAPELLINI; SANTOS, 2017).





Instituto
**Filippo
Smaldone**



Após a Proclamação da República em 1889, ocorreram grandes avanços, muitos profissionais que haviam ido estudar na Europa começaram a retornar ao Brasil, com uma concepção diferente de Educação Especial.

É justamente neste período que “em 1906, as escolas públicas começaram a atender os estudantes com deficiência intelectual, no Rio de Janeiro” (BELTHER, 2017, p. 10).

Em meados de 1945 foi criada a Sociedade Pestalozzi do Brasil, já em 1954 foi fundado a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), ou seja, nesse período houve a criação de escolas especiais. “A expansão dessas instituições privadas e filantrópicas desobrigava o poder público do atendimento educacional a essa parcela da população estudantil” (RODRIGUES; CAPELLINI; SANTOS, 2017, p. 5).



Segundo Mendes (2010), no decorrer da década de 1960 foi o período de maior expansão de escolas de ensino especial no Brasil. Até o início da década de 1970 já havia mais de 800 instituições de ensino especial para pessoas com deficiência intelectual, além do aumento expressivo de classes especiais em escolas públicas.

LEGISLAÇÃO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL

entro do contexto histórico apresentado anteriormente, a primeira Lei referente a Educação Especial que gostaríamos de destacar, é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 4024 de 1961.

Da Educação de Excepcionais Art. 88. A educação de excepcionais deve, no que for possível, enquadrar-se no sistema geral da educação, a fim de integrá-los na comunidade (BRASIL, 1961).

Em meados de 1971, foi criada a Lei nº 5.692 qual altera a LDB de 1961, responsável por fixar bases e diretrizes para o ensino do 1ª e 2ª grau.

Art. 9º Os alunos que apresentem deficiências físicas ou mentais, os que se encontrem em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados deverão receber tratamento especial, de acordo com as normas fixadas pelos competentes Conselhos de Educação (BRASIL, 1971).

Após um longo período de ditadura no governo brasileiro, em 1988 é aprovada Constituição da República Federativa do Brasil, na qual há uma seção específica para retratar os direitos dos cidadãos e deveres do estado quanto a garantia à educação. No art. 205 da referida Constituição está previsto a educação como uma garantia a todos (as):

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

Em 1996, a LDB foi atualizada pela atual Lei nº 9394/96, dedicando o Capítulo V para expor as garantias e deveres referentes à educação especial. No artigo 58, a LDB define a Educação Especial:

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

§1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela de educação especial (BRASIL, 1996)

Em 2002, através da Lei nº 10.436 foi reconhecido a Língua de Sinais (LIBRAS) como meio legal de comunicação e expressão, além dos outros recursos de expressão a ela associados (GIL, 2017).

Em meados de 2007 foi criado a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação inclusiva, documento muito importante, o qual tem como objetivo “fundamentar a política nacional educacional e enfatiza o caráter de processo da inclusão educacional, ou seja, ele indica o ponto de partida (educação especial) e assinala o ponto de chegada (educação inclusiva)” (GIL, 2017).

ORIENTAÇÕES

FAZER A LEITURA DO ARTIGO QUE
ACOMPANHA A AULA E RESOLVER OS
EXERCÍCIOS QUE ESTÃO DISPONÍVEIS NA
PÁGINA DA TURMA NO SITE DO LEMAT

Assistir o **vídeo 2** para auxiliar
na resposta dos exercícios.